

ANGOLA: PROCESSO DE RECONCILIAÇÃO NACIONAL E AS FORÇAS ARMADAS



Nos séculos XX–XXI, Angola, antiga colónia portuguesa, foi palco de acontecimentos dramáticos internos e externos com a participação dos movimentos de libertação nacional angolanos, nomeadamente, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), até 1979 liderado por Agostinho Neto, e desde 1979 — por José Eduardo dos Santos), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA, liderado por Jonas Savimbi) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA, líder Holden Roberto), e o envolvimento da URSS, EUA, Cuba, RSA e de outros Estados. O povo deste país viveu várias décadas de guerra: Desde o início



*Dr. Agostinho Neto,
Líder do MPLA,
Primeiro Presidente
da República
de Angola*



*Dr. Jonas Savimbi,
Líder da UNITA*



*Dr. Holden Roberto,
Líder da FNLA*

dos anos 60 do século XX até 1974, desenrolou-se a guerra de guerrilha dos movimentos nacionalistas contra o exército colonial português seguida, desde 1975 até 2002, pela guerra civil provocada pela UNITA e agravada por periódicas intervenções militares das Forças Armadas da RSA, do Zaire e da Rodésia do Sul.

O conflito interno angolano foi fortemente influenciado por factores externos, antes de tudo, pelo antagonismo que existiu entre as duas superpotências na época da Guerra Fria. Nas décadas de 70 e 80 do século XX, Angola era considerada uma espécie de «chave» que abria o Sul do Continente Africano a posse da qual foi disputada pela URSS e pelos EUA. Porém, a redução do conflito e da intervenção das forças internacionais unicamente à oposição entre a URSS e os EUA seria uma simplificação demasiada. Portugal, Cuba, Zaire (actual República Democrática do Congo), RSA, China e outros países, assim como os movimentos de libertação a SWAPO (Namíbia) e o ANC (RSA) que, de uma maneira ou de outra, estavam envolvidos no conflito, tiveram suas próprias razões para a participação.

Desde o surgimento do conflito em Angola, foram empreendidas várias tentativas de se chegar a um compromisso entre as partes beligerantes, mas nenhuma destas, por diferentes causas, não levou à Paz. Apenas em 2002, após a morte do líder da oposição intransigente Jonas Savimbi, os combates em Angola cessaram definitivamente. A reconciliação nacional em Angola e a formação das Forças Armadas Nacionais despolitizadas únicas (FAA), realizadas no período de 1975 a 2002, é uma experiência sem igual que, com certeza, pode ser amplamente aproveitada. Os conflitos parecidos com a participação das Forças Armadas estão a decorrer na Síria, Iraque, Sudão. Há muitos outros países no Mundo em que os conflitos latentes podem irromper inesperadamente a qualquer momento.

O DIFÍCIL CAMINHO DA PAZ



Durante os anos 1975–2002, as tentativas de chegar a um compromisso entre os movimentos MPLA, FNLA e UNITA resultaram na formalização de vários Acordos que, aliás, por diferentes razões não foram implementados. Os mais importantes destes eram o Acordo de Alvor (Portugal, 1975), o Acordo de Gbadolite (Zaire, 1989) e os Acordos de Paz de Bicesse (Portugal, 1991), após os quais, em 1992, em Angola foram realizadas as eleições presidenciais e parlamentares. A UNITA e o seu líder J. Savimbi perderam as eleições e tentaram contestar os seus resulta-

*Os líderes de MPLA,
UNITA, FNLA
e o Presidente
de Portugal depois
da assinatura
do Acordo de Alvor
(Portugal, 1975)*



Agostinho Neto,
Jonas Savimbi
e Holden Roberto
em Alvor

dos. Porém, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que a eleição tinha sido crível e legítima. Então, a UNITA respondeu com a continuação da guerra contra o Governo legítimo de Angola por todo o território nacional.

Mais uma tentativa de armistício refere-se ao mês de Novembro de 1994 quando o Governo de Angola e a UNITA assinaram o Acordo de Paz de Lusaka (Protocolo de Lusaka de 20 de Novembro de 1994). O Protocolo previa o cessar-fogo e a criação da Comissão Conjunta presidida pelo Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para controlar o cumprimento do Acordo. Além disso, foi constituído um Grupo de prevenção dos confrontos armados entre as Partes integrado por altos representantes militares do MPLA e da UNITA que devia monitorar o cessar-fogo e eliminar eventuais consequências da violação do armistício.

Porém, este Acordo igualmente foi violado por Jonas Savimbi que, na realidade, não procurava caminhos de regularização do conflito, aproveitando as negociações e os procedimentos de normalização como uma trégua para o reforço militar da sua organização. Os Acordos de Lusaka vigoraram cerca de três anos duran-

te os quais Savimbi preparava-se para lançar ofensiva geral. Em 1998, a UNITA dispunha do material blindado, artilharia pesada, lançadores múltiplos e mesmo alguns aviões e helicópteros, grandes reservas de armas, munições, combustível e mantimentos. Tudo isso foi adquirido com dinheiro proveniente da extracção e venda ilegal de diamantes angolanos. Na primeira metade de 1999, a UNITA, tendo aproveitado a sua superioridade militar, lançou ofensiva em várias províncias do país. Porém, muito em breve as tropas governamentais retomaram a iniciativa. Em resultado da iniciada em 1999 Operação «Restauração» das Forças Armadas Angolanas (FAA), durante três anos as tropas de Savimbi foram expulsos das províncias de Lunda Norte e Lunda Sul, Huambo, Bié, Malanje e da maior parte da província de Moxico. Ficou ocupada a Base Central e a «capital» da UNITA Jamba na província do Cuando Cubango. A 22 de Fevereiro de 2002, Jonas Savimbi com o seu Estado-Maior foi cercado por combatentes



As tropas
da FNLA no caminho
ao Kifangondo.
Novembro de 1975



Brigadeiro
Simão Carlitos Wala
e autor do livro
na Sede da União
Russa dos Veteranos
de Angola



da 20ª Brigada das Forças Armadas Angolanas, comandada pelo Brigadeiro Simão Carlitos Wala e morreu no tiroteio.

Após a morte de Jonas Savimbi, a estrutura militar da UNITA começa a desmoronar-se como um castelo de cartas. Entretanto, o Governo de José Eduardo dos Santos assumiu uma atitude humana, tanto mais que os generais da UNITA que ficaram sem seu líder intransigente deveras rapidamente concordaram em sentar-se à mesa das negociações. A 15 de Março de 2002, foram oficialmente renovadas as negociações entre os Comandos Militares de ambas as Partes. A 4 de Abril de 2002, na presença dos Embaixadores dos países da Troika de observadores - Portugal, a Rússia e os EUA e do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU, foi assinado o Acordo de cessar-fogo no território de Angola (Memorando do Luena) que constituiu uma base sólida da reconciliação real entre o Governo e a UNITA. O Secretário-Geral da UNITA Paulo Lukamba «Gato» declarou a transformação da UNITA em partido da oposição legal que iria defender seus interesses por meios políticos.

O Acordo entre o Governo de Angola e a UNITA (Memorando de entendimento do Luena, de Abril 2002) previa a desmilitarização da UNITA e a integração dos seus combatentes nas Forças Arma-

das de Angola com a garantia dos direitos iguais e da respectiva remuneração. Um total de 5007 ex-militares das FALA foi integrado nas FAA, entre estes, 30 generais, 800 oficiais, 4177 soldados e sargentos. Além disso, 40 oficiais, inclusive três maiores-generais, das FALA opositoristas foram integrados na Polícia Nacional de Angola. 18 generais da UNITA ficaram na reserva do Estado-Maior General das FAA. Este processo complexo, exigindo um esforço permanente e tenaz, foi concluído a 2 de Agosto de 2002. Aquela data marcou a dissolução definitiva das unidades militares da UNITA e a transformação desta numa organização meramente política, disposta a respeitar as normas e as instituições da democracia. Foi assim que terminou a guerra civil em Angola. Actualmente, a UNITA e a FNLA são partidos políticos da oposição representados no Parlamento do país.



Presidente da República
de Angola, Comandante
em Chefe das FAA, Eng.
José Eduardo dos Santos

Mais de 5000 ex-militares
das FALA foram integrados
nas FAA, entre estes,
30 generais, 800 oficiais
e mais de 4000 soldados
e sargentos



ACORDOS DE PAZ DE BICESSE SÃO O FUNDAMENTO DA ESTABILIDADE



O comandante da FAPA/DAA Alberto Correia Neto condecora os militares destacados

Apesar da importância do Memorando do Luena, todavia, eram os Acordos de Bicesse de 1991 que serviram de fundamento da futura estabilidade em Angola. Embora, por culpa de Jonas Savimbi, não tivessem sido cumpridos integralmente pela UNITA, estes Acordos lançaram as bases para a formação no futuro do Exército despolitizado que até hoje mantém muitos elementos da estrutura e os princípios de organização elaborados em 1991.

A realização do encontro das partes beligerantes em Bicesse (Estoril, Portugal) tornou-se possível graças a profundas transformações geopolíticas ocorridas no Mundo e aos acordos alcançados entre a URSS e os EUA. Em Março de 1990, em Windhoek foi proclamada a Independência da Namíbia. O Governo da SWAPO que chegou ao poder neste país dava seu apoio ao Presidente José Eduardo dos Santos, ficando definitivamente cortadas as vias de abastecimento da UNITA através do território namibiano. Durante os festejos da Independência em Windhoek teve lugar o encontro do Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS Eduard Shevardnadze e do Secretário de Estado dos EUA James Baker que concordaram em «intensificar os esforços para conseguir a paz para Angola».

Além disso, as mudanças registadas no sistema político de Angola tiveram uma importância especial. No seu Congresso de 1990, o MPLA renunciou à ideologia do marxismo-leninismo, tendo optado pelo multipartidarismo. Foram introduzidas respectivas alterações na Constituição do país, ficando garantido em Angola o acesso formal ao Poder para a UNITA e para outros partidos políticos. Entretanto,

to, cabe notar que os sucessos militares das tropas governamentais que forçavam o recuo das tropas da UNITA em todas as frentes de combate igualmente contribuíram ao início das negociações em Bicesse.

As negociações preliminares entre os representantes do MPLA e da UNITA duraram 13 meses, sendo iniciadas em Abril de 1990 sob mediação do



Governo de Portugal e da ONU com participação dos representantes da URSS e dos EUA. Posteriormente, estes três países — Portugal os EUA e a URSS que «patrocinavam» as negociações, a celebração do Acordo e o seu cumprimento passaram a ser mencionados nos documentos internacionais como Troika de observadores. A 1 de Maio de 1991, em Bicesse os representantes do Presidente de Angola e do Presidente da UNITA rubricaram um pacote de documentos relativos ao estabelecimento da Paz em Angola. Os Acordos de Paz de Bicesse incluíam o Acordo de Bicesse propriamente dito em que eram referidos todos os Acordos anteriores e declarava-se a vontade das Partes de concordar com os mesmos. O pacote de documentos integrou: O Acordo de Cessar-Fogo com respectivos Anexos. Num destes Anexos, denominado o Protocolo de Estoril, em particular, foram estabelecidos os procedimentos de preparação e realização das eleições presidenciais e parlamentares, de criação

Rei da Bélgica Albert II foi entre os mediadores internacionais do conflito angolano

Comandante-em-Chefe das FAA José Eduardo dos Santos recebe os chefes militares das FAPLA



da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) com participação dos representantes da Troika e de formação das Forças Armadas Nacionais únicas com base no Exército governamental e nas Unidades militares da UNITA. A 31 de Maio de 1991, José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi chegaram a Lisboa e assinaram os Acordos de Paz de Bicesse previamente rubricados. Na cerimónia de assinatura estavam presentes o Primeiro-Ministro de Portugal, o novo Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS A. Bessmertnykh, os representantes do Departamento de Estado dos EUA, Secretário-Geral da ONU, Presidente OUA.

Nos dias de 29 e 30 de Setembro de 1992, em conformidade com os Acordos de Bicesse, sob o controlo da ONU em Angola foram realizadas as eleições presidenciais e parlamentares. Conforme a contagem definitiva, nas eleições parlamentares o MPLA ganhara uma maioria absoluta com 53,7 por cento dos votos e a UNITA obtivera 34,1% o que correspondia a 129 e 70 assentos no Parlamento respectivamente. A FNLA ganhara cinco mandatos.

Nas eleições presidenciais realizadas com a participação de treze candidatos, o Presidente do MPLA José Eduardo dos Santos obteve 49,54 por cento dos votos, contra 40,07 por cento do líder da UNITA Jonas Savimbi e pouco mais de dois

por cento do líder da FNLA Holden Roberto. Assim sendo estava prevista a realização da segunda volta eleitoral entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. Porém, a UNITA, tendo entendido que evidentemente perdera na votação, recusou-se a participar na segunda volta e reiniciou as acções de guerra.

A 31 de Outubro de 1992, as forças armadas da UNITA amotinaram-se e tentaram ocupar a Aeroporto Internacional na capital, a Rádio Nacional e mesmo atacaram a Sede do MPLA. Foi empreendida uma tentativa de tomada do poder em Luanda e no país. Porém, as unidades militares leais ao MPLA frustraram a tentativa de golpe de Estado e souberam defender Luanda. As tropas da UNITA expulsas da capital passaram à contra-ofensiva em várias províncias do país.

A Comunidade Internacional e os países da Troika de observadores prosseguiram os esforços no sentido de neutralizar o novo agravamento do conflito armado e de chegar a um compromisso. Sob a égide da Troika foi realizada nova ronda de negociações entre os representantes do Governo Angolano e da UNITA. Porém, as reuniões não deram resultado devido à atitude hipócrita do Movimento de Savimbi que, de um lado, participava nas negociações, enquanto, de outro, alargava área sob seu controlo militar mesmo nas regiões de Angola que anteriormente não faziam parte da zona de influência dos oposicionistas. Essa «expansão pseudo-negocial rasteira» resultou em que o Exército governamental perdeu o controlo de várias regiões do país. Isso aconteceu porque o Governo, de facto, ficou sem o Exército que, em fiel cumprimento dos Acordos de Paz de Bicesse, foi desmobilizado, enquanto a UNITA, tendo faltado aos compromissos assumidos, não fez o mesmo. Mesmo assim, os Acordos de Bicesse exerceram forte influência sobre a estrutura das Forças Armadas Angolanas que actualmente baseiam-se em princípios organizacionais elaborados em 1991.

ACORDOS DE BICESSE E FORMAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NACIONAIS ÚNICAS



Os altos chefes das ex-FALA integrados nas FA Angolanas

Um dos progressos do Processo de Paz em Angola consagrados nos Acordos de Bicesse foi a dissolução das tropas governamentais (FAPLA) e das forças armadas da UNITA (FALA) e a formação das Forças Armadas Angolanas despolitizadas únicas (FAA). Para efeitos da realização eficiente deste Artigo dos Acordos foram previstos o cessar-fogo, retirada das unidades das FALA da mata, anulação das patentes militares das FALA e das FAPLA, acomodação dos ex-militares das Partes beligerantes nas áreas de aquartelamento temporário, seu desarmamento, selecção, desmobilização dos efectivos militares excedentários e reinserção social.

Uma parte dos efectivos das FAPLA e das FALA aptos para o serviço militar, após o processo de selecção e reciclagem militar, deviam ser enquadrados nas FAA com a atribuição de novas patentes militares. Foi definido que a composição numérica das FAA seria de 50 mil efectivos (Exército — 40 mil,

FA — 6 mil e MG — 4 mil). Assim sendo, foi previsto que a incorporação nas FAA dos combatentes das FAPLA e das FALA devia basear-se no princípio da voluntariedade. Visto que as FALA a serem dissolvidas integravam somente as unidades do Exército, foi previsto que as novas FA e MG de Angola seriam formadas prioritariamente com base nas estruturas das FAPLA que dispunham do material e do pessoal qualificado para a formação destas Armas das FAA.

A despolitização das FAA e a sua subordinação exclusivamente à Lei representada pelo Parlamento e pelo Presidente eleitos pelo sufrágio universal, conforme a ideia dos autores dos Acordos de Bicesse, deviam garantir a Paz no país porquanto as partes beligerantes simplesmente não teriam forças nem meios para a continuação das hostilidades. Um factor importante do processo de Paz em Angola em 1991–1992 foi o plano de conclusão da formação do novo exército antes da realização das eleições em Setembro de 1992 para que o novo Presidente e o novo Parlamento logo dispusessem das Forças Armadas Nacionais despolitizadas «subordinadas aos Órgãos do Poder eleitos pelo sufrágio universal, fiéis à Constituição e a outras Leis da República». Assim sendo, todos os membros das novas FAA tiveram seu direito garantido ao voto nas eleições, no entanto, eles «não poderiam aproveitar sua posição oficial e unidades militares para o desenvolvimento de qualquer actividade política, partidária ou sindical». Savimbi, porém, estava bem ciente de que o desmantelamento da ala militar da UNITA-FALA e a integração dos seus antigos membros nas Forças Armadas Nacionais privavam-no em caso de perda nas eleições do único instrumento real na luta pelo poder e sabotavam muitas decisões.

Os documentos mostram que o MPLA e o exército do governo cumpriram escrupulosamente os acordos, desmobilizando 80% do pessoal das FAPLA, ou seja, dissolveram praticamente todas as suas forças terrestres. Ao mesmo tempo, o gover-



O acto central oficial de incorporação dos generais das ex-FALA nas FA Angolanas

no criou uma força policial de elite, que incluía cerca de 25.000 soldados desmobilizados e oficiais das FAPLA. Entretanto, Savimbi enviou para os campos para desmobilização e desarmamento somente algumas unidades das menos combativas das FALA, mantendo em segredo dos observadores das Nações Unidas maior parte de seu exército, integrando mais de 20 mil pessoas. De acordo com os dados oficiais, após os Acordos de Bicesse, em Angola, foram desmobilizados 134.289 militares de ambos os lados, sendo 123.887 pessoas das FAPLA, somente 10.402 pessoas das FALA. Ao mesmo tempo, uma parte dos generais e oficiais das FALA, percebendo a falta de perspectiva na luta armada contra o seu povo, concordaram sinceramente com a integração e aderiram às Forças Armadas Únicas.

O Governo de Angola tomou uma atitude séria e conscienciosa para com a reorganização das Forças Armadas, que começou imediatamente após a entrada em vigor do cessar-fogo. Por data oficial de criação das novas Forças Armadas de Angola despolitizadas considera-se o dia 9 de Outubro de 1991, quando o Chefe do Estado-Maior General das FAPLA, general João Batista de Matos e o general das FALA, Abílio Kamalata Numa assinaram o Acor-

do de Unificação das FAPLA e FALA e a criação da primeira unidade conjunta das novas Forças Armadas Nacionais, sendo denominadas de FAA – Forças Armadas Angolanas. Apesar de o processo de unificação das FAPLA e das FALA nas FAA apenas começara e muito ainda esteve para ser feito, este dia de 9 de Outubro na Angola contemporânea é comemorado como o Dia das Forças Armadas (anteriormente o Feriado Nacional em Angola era considerado o Dia de Criação das FAPLA — 1º de Agosto).

Em 14 de Novembro de 1991, foi formado o órgão supremo provisório de Comando das novas Forças Armadas — a Comissão Conjunta das Forças Armadas (CCFA) que incluiu vários generais das FAPLA e das FALA. Todas as patentes militares, distintivos, condecorações e uniformes existentes nas FAPLA e FALA foram abolidas. Foi prevista a implantação de novo uniforme e novos distintivos para as FAA. Em 15 de Novembro de 1991, por Decreto Presidencial foi constituída uma Comissão Interministerial para a assistência aos militares desmobilizadas em Angola. Com tais foram considerados todos os militares das FAPLA, FALA e ELNA (Forças Armadas da FNLA). Essa Comissão desenvolveria no futuro o Programa de integração social dos militares desmobilizados. Em Abril de 1992, esse Programa foi aprovado pelo governo do país pelos Decretos N.º 30/92 e 31/92.

Conforme o previsto nos Acordos de Bicesse, pelos esforços do Governo de Angola (a UNITA não tinha nem a força, nem a capacidade para isso) foram criados diversos Centros de Instrução onde aos novos membros das FAA foi ministrado o Programa de requalificação militar conjunta visando “melhorar e unificar seus conhecimentos e habilidades militares e imbuir do novo espírito corporativo”. Assim, na Escola Militar Nicolau Gomes Spencer em Huambo foram organizados cursos para oficiais das FAPLA e FALA na base da; no Centro de Instrução em Benguela foram organizados os Cursos para sar-



Os soldados
desmobilizados
das FALA

gentos do futuro exército e em Soyo, Ndalatando, Lubango e Cabo Ledo — os Cursos para praças.

Em 18 de Fevereiro de 1992, teve início na antiga Escola Spencer a formação em especialidades do primeiro grupo de oficiais do futuro exército, e, em Abril, o segundo grupo de oficiais começou os estudos. Ao todo, em Junho de 1992, cerca de 5.000 efectivos, que antes faziam parte das FAPLA e FALA, estavam em curso de reciclagem. Os primeiros graduados destes cursos eram direccionados para a formação das unidades de logística e transporte, bem como das subunidades de comunicações e Polícia Militar do novo exército. Em 26 de Agosto de 1992, os primeiros oficiais reciclados foram nomeados para os cargos de Chefes dos EM das novas Unidades das FAA formadas em Luanda (Regimento de Intendência, Regimento de Suporte Técnico, Regimento de Transportes, Regimento de Comunicações, Regimento da Polícia Militar). Ao mesmo tempo, os novos Chefes dos EM das Regiões Militares iniciaram o exercício das suas funções, tendo como tarefa básica a formação das primeiras Unidades de Combate. No total, até Setembro de 1992, a reciclagem no segundo ciclo de cursos fora frequentada por outras 3.200 pessoas que deviam preencher as vagas abertas nas Unidades e Subunidades das FAA.



Desfile militar
em Luanda

Em 27 de Setembro de 1992, depois de concluído o segundo ciclo de reciclagem do pessoal militar, foi anunciada oficialmente a extinção das FAPLA e FALA, e nomeado um Comando Único das FAA (Forças Armadas Angolanas), integrado por parte do Governo pelo general João Baptista de Matos e o por parte da UNITA pelo general Arlindo Chenda Pena «Ben Ben». Ao mesmo tempo, foi anunciado oficialmente que seriam criadas as primeiras Unidades da nova Força Aérea e da Marinha de Angola com base em actuais quadros da Força Aérea e da Marinha Angolanas, já que as FALA não tinham pessoal treinado para estes Ramos das FA. Foi especialmente ressaltado que os representantes da UNITA teriam o direito de participar na formação destas unidades de «uma forma determinada pela Comissão Conjunta das Forças Armadas», enquanto os novos Ramos das Forças Armadas «deviam ficar sob o estrito controlo do Alto Comando das FAA».

No entanto, antes das eleições presidenciais e parlamentares não foi possível concluir a formação e reciclagem de todo o pessoal militar para as FAA.

No total, foi possível organizar e efectuar quatro ciclos de reciclagem de antigos membros da FAPLA e FALA, porém, o último 4º ciclo não foi concluído devido ao confronto armado iniciado pelo não reconhecimento dos resultados das eleições por



General-de-Exército
João Baptista de Matos



General Arlindo
Chenda Pena «Ben Ben»



Convívio de altas patentes das FAA que pertenceram no passado às partes opostas

J. Savimbi. Desta forma, o processo de criação das FAA, formação das unidades militares e nomeação dos comandantes do novo exército nacional foi interrompido após as eleições de Setembro de 1992. Embora parte dos antigos militares das FALA tivesse permanecido no novo exército após a retomada das hostilidades, muitos oficiais e praticamente todos os generais de alta patente da UNITA, que já tinham sido nomeados para os postos nas FAA, cumprindo a ordem de Savimbi, deixaram seus postos e passaram à clandestinidade. Por isso, muitos dos postos no Estado-Maior General das FAA, nos Ramos das FA e nas Regiões Militares para os quais esses comandantes foram nomeados, permaneceram vagos.

Apesar da nova escalada de hostilidades, o governo de Angola e o Comando das FAA continuaram a formação das unidades e subunidades do novo exército com base em recursos humanos disponíveis, embora insuficientes. Assim sendo, o Governo agiu em pleno cumprimento do n.º 6 do Anexo II ao Acordo de Cessar-Fogo dos Acordos de Bicesse assinados também por J. Savimbi. Nele se dizia: «O processo de criação de um Exército Nacional Único começa na data do cessar-fogo e termina quando as partes, o Governo de Angola e a UNITA, o considerarem conveniente». Muitos dos postos foram ocupados por antigos militares das FAPLA que tinham sido retreinados e parcialmente pelos militares retreinados das FALA que, não tendo se submetido à ordem de Savimbi, integraram-se no novo exército. Apesar de sabotagem por parte de J. Savimbi e da maioria dos seus militares fiéis a ele do processo de criação de novas Forças Armadas Nacionais, o Governo angolano e o recém-eleito Presidente do país J. E. dos Santos decidiram concluir a sua formação. Conforme o previsto nos Acordos anteriores com a UNITA e a ONU, foram criados os três Ramos das Forças Armadas Nacionais, o Exército (Forças Terrestres), a Força Aérea e a Marinha de Guerra.



EXÉRCITO



Por data de formação final do Exército de Angola, que constitui a base das Forças Armadas e garantia da estabilidade no país, considera-se o dia 17 de Dezembro de 1992. Hoje, este dia é celebrado em Angola como o Dia de criação deste Ramo das Forças Armadas. A composição numérica do Exército definida pelos Acordos existentes foi de 20.000 efectivos (15.000 praças, 3.000 sargentos, 2.000 oficiais). No entanto, devido à falta de tropas retreinadas, para aquela data foi possível nomear para os respectivos postos somente cerca de 7.500 praças e até 60% de sargentos e oficiais. De acordo com a nova estrutura orgânica, as Forças Terrestres foram descentralizadas por Regiões Militares, formando Divisões, Brigadas Independentes e Regimentos. Cabe notar que, de acordo com as

Os BM-21 das FAPLA



O carro de combate da DAA angolana Strela-1

decisões da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) e da Comissão Conjunta das Forças Armadas (CCFA), o cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército (de facto, de Comandante das Forças Terrestres, uma vez que, naquela época, o posto de Comandante, à semelhança das Forças Armadas dos EUA, não foi previsto na estrutura orgânica) devia ser ocupado pelo representante da UNITA e das FALA, general Wiyo. Mas, devido ao início de uma nova escalada dos confrontos armados, ele obedeceu à ordem de Savimbi e não assumiu este posto. Por isso, para o cargo de Chefe do Estado-maior do Exército foi nomeado o antigo general das FAPLA Luís Pereira Faceira que permaneceu na execução desses deveres até 2001. De 2001 a 2005, o Chefe do Estado-Maior do Exército foi o general Mateus Miguel Ângelo «Vietname». Entre 2006 e 2010 estes deveres foram cumpridos por Jorge Barros «Nguto». De 2010 a 2017, já como Comandante deste Ramo das Forças Armadas, e não como Chefe do Estado-Maior (devido à nova estrutura das FAA), esta função foi exercida pelo General Lúcio Gonçalves Amaral. De Março de 2017 até ao presente momento, este posto é ocupado por general Gouveia João de Sá Miranda.



O tanquista do T-55

FORÇA AÉREA NACIONAL



O Ramo da Força Aérea Popular de Angola/ Defesa Antiaérea (FAPA/DAA) das Forças Armadas, existente desde 1976, em plena conformidade com os Acordos entre o Governo de Angola e a UNITA, foi transformado e recebeu uma nova denominação de Força Aérea Nacional Angolana (FANA). A FANA foi criada com base no pessoal qualificado e bem treinado da Força Aérea Popular de Angola (FAPA), pois a UNITA (as FALA) não possuía tal Ramo das FA, nem dispunha do pessoal treinado. Diferentemente do novo Exército, a data de criação do qual foi alterada, o Dia da Força Aérea Nacional ficou o mesmo, sendo comemorado em 21 de Janeiro.

Em 21 de Janeiro de 1976, o primeiro Presidente de Angola Agostinho Neto liderou a cerimó-

Os primeiros pilotos dos helicópteros da FAPA foram formados na Rússia (URSS)

nia na Base da Força Aérea em Luanda, anunciando a criação do novo Ramo das Forças Armadas Angolanas — a Força Aérea Popular de Angola (FAPA). A FAPA tinha na sua composição um Esquadrão de Caças MiG-17F, fornecidos pela URSS no início de Janeiro de 1976, montados por técnicos soviéticos e testados em voo por pilotos cubanos e várias aeronaves remanescentes do Exército Português Douglas DC-3, Douglas C-47, aviões N-2501 Noratlas e os aviões leves de reconhecimento mono- e bimotores, helicópteros Alouette-2 e Alouette-3, pilotados por pilotos angolanos, parte dos quais anteriormente servia na antiga Força Aérea Colonial Portuguesa. Em 21 de Janeiro de 1976, os pilotos cubanos dos MiG-17F (Angola ainda não tinham pilotos para este tipo de aeronave) fizeram vários voos de demonstração, marcando o nascimento deste Ramo das Forças Armadas Angolanas. O primeiro Comandante da FAPA foi o veterano da luta armada de libertação nacional, comandante Dimbondwa.

Um ano depois, em 21 de Janeiro de 1977, foi celebrado o primeiro aniversário da criação



da Força Aérea de Angola. Nesse momento sua composição, além do Esquadrão dos MiG-17F, os Douglas DC-3, Douglas C-47, aeronaves N-2501 Noratlas, helicópteros Alouette, contava com um Esquadrão de Aviões MiG-21, Esquadrão de Helicópteros Mi-8 e o Esquadrão de Aviões de Transporte AN-26. Todas essas aeronaves pertenciam a Angola, porém, eram pilotadas por pilotos da Força Aérea do contingente cubano em Angola, pois, na época, o país não possuía seus próprios pilotos para essas aeronaves. Na cerimónia do primeiro aniversário da FAPA participou o primeiro Presidente de Angola, A. Neto acompanhado de altos dirigentes das FA e do país, incluindo o Secretário do CC do MPLA Lúcio Lara e o primeiro Ministro da Defesa de Angola Henrique Teles Carreira «Iko». O novo Comandante das FAPA Ciel da Conceição Cristóvão «Gato» fez a apresentação para os presentes, sendo ele mesmo a comandar a parada onde desfilaram as Unidades da Força Aérea de Angola. Os participantes da cerimónia

Comandante da Esquadrilha de Caças MiG-17F Francisco Afonso «Hanga» com os pilotos formados na Rússia (URSS)

Comemoração do primeiro aniversário da FAPA/DAA na Base Aérea em Luanda





Comandante da FANA
Coronel-General Francisco Lopes Gonçalves Afonso «Hanga»



Comandante da FAPA Ciel da Conceição Cristóvão «Gato»

assistiram às demonstrações de voo dos caças MiG-17F, MiG-21, helicópteros Mi-8 e Alouette-3. As tropas de pára-quedistas foram lançadas das aeronaves Noratlas sobre a base da Força Aérea, e dos helicópteros Mi-8 e Alouette-3 foram lançados os pára-quedistas armados que imitavam a captura da «base de contra-revolucionários». Essa parada mostrou a mestria do pessoal das FAPA onde foram também incluídas Unidades da DAA. O novo Ramo das Forças Armadas passou a chamar-se FAPA/DAA– Força Aérea Popular de Angola/Defesa Antiaérea. Em diferentes épocas, a FAPA/DAA foi liderada por António dos Santos França «Nдалu», Alberto Correia Neto e Francisco Lopes Gonçalves Afonso «Hanga».

A base da frota de aviação das FAPA foi composta por material de aviação, fornecido pela URSS. De 1976 a 1988, um total de 164 aviões de combate foi fornecido pela URSS à Força Aérea de Angola (MiG-17F, MiG-21PFM e Mig21bis, MiG-23ML, Su-22M4, Su-17, Su-25K), bem como até 30 aviões de transporte An-26. Durante o mesmo período, foram fornecidos à FAA 156 helicópteros de combate e de transporte (Mi-8, Mi-17, Mi-25 e Mi-35). A formação dos pilotos angolanos de caças, caças-bombardeiros, aviões de assalto, aviões militares de transporte An-26 e helicópteros soviéticos era conduzida nas Escolas de Pilotagem e Escolas Técnicas de Aviação da URSS. Até 1 de Janeiro de 1995, nas Academias e Escolas Militares da URSS e da Rússia foram preparados 1310 efectivos angolanos altamente qualificados para a Força Aérea e 1084 especialistas para as tropas da Defesa Antiaérea. Em 1983, uma Escola de Aviação Militar foi aberta em Negage, que (inicialmente, com a ajuda de especialistas romenos) treinava pilotos e técnicos em operação das aeronaves leves RS-7, e, em seguida, também de helicópteros. Mais tarde foram transferidos para lá os técnicos das Tropas Radiotécnicas, sendo cria-



A base da aviação da FAPA foi composta por material fornecido pela URSS.

Na foto: o piloto angolano do MiG-23ML

da a Escola das FAA e Defesa Antiaérea sob a supervisão de militares soviéticos.

Em 1992, nos moldes dos Acordos de Bicesse, a FANA foi reduzida de 16.000 a 6.000 pessoas. O primeiro Chefe do Estado-Maior das FANA (de facto, Comandante) foi o General Pedro de Moraes Neto que executou esses deveres até 2005. Actualmente, o Comandante da FANA é Coronel-General Francisco Lopes Gonçalves Afonso «Hanga» que dedicou toda a sua vida à aviação angolana. No início dos anos 80 do século XX, depois de ter estudado na Escola de Aviação na URSS, ele comandou o 1º Esquadrão de MiG-17 no posto de tenente, em seguida foi Comandante Adjunto das FAPA/DAA para a Aviação, tendo dominado a pilotagem de vários tipos de aviões (incluindo MiG-17, MiG-19, MiG-21, Su-22m, RS-7, entre outros).

MARINHA DE GUERRA ANGOLANA (MGA)



O desembarque marítimo

Conforme a Lei, a MGA destina-se a «conduzir acções de guerra no mar, operações anfíbias e proteger as fronteiras marítimas do país». Em 1992, à semelhança da FAA, a Marinha de Guerra Angolana foi transformada nos termos dos Acordos de Bicesse, tendo como base a Marinha de Guerra Popular de Angola (MGPA), o seu pessoal, a infra-estrutura e os navios de guerra e embarcações então disponíveis. As FALA não possuíam tais estruturas, nem navios de guerra. A MGPA foi fundada em 10 de Junho de 1976. Naquele dia na Base Naval de Luanda foi realizada a cerimónia solene em que participou o primeiro Presidente do país, A. Neto. No mesmo dia, no Centro de Instrução da Marinha, situado na Base Naval de Luanda, graduaram-se os primeiros cadetes preparados com a ajuda de especialis-

tas militares soviéticas. O dia 10 de Junho de 1976 é o Dia da Fundação da Marinha de Guerra de Angola.

Inicialmente a Marinha era composta por alguns navios de guerra e embarcações deixados



A chefia da Marinha de Guerra Popular de Angola (MGPA). Meados dos anos 80 do século XX

em Angola pelos portugueses, incluindo o navio-patrolha Scorpion. Posteriormente, com ajuda da URSS foram criada Força Naval pouco numerosa, mas altamente eficiente. Entre 1976 e 1983, a União Soviética forneceu a Angola mais de vinte de navios de guerra, entre estes, seis navios lança-mísseis de Projecto 205EP, quatro torpedeiros de Projecto 206, três navios de desembarque médios de Projecto 771, navio-patrolha da Guarda Fronteira de Projecto 1400ME «Grif», três navios de escolta de Projecto 368P, dois navios de combate de Projecto 1398B «AIST» e dois varredores costeiros de minas de Projecto 1258B. Entre 1984 e 1985, com ajuda da URSS foi criado o Sistema de vigilância costeira (SVC) operado por um Batalhão radiotécnico da MG de Angola. Foram instalados os Posto de Radares

Costeiros de Vigilância numa série de grandes portos angolanos, nomeadamente, de Cabinda, Luanda, Porto Amboim, Lobito e Namibe. As tarefas dos Postos equipados com radares móveis de produção Soviética «Mis», consistiam na monitorização da situação de superfície na área de responsabilidade e a transmissão de dados para os Comandos Navais dos portos e o EM da MGA em Luanda. Além disso, entre 1982 e 1983, foram desdobrados com assistência técnica da URSS um Centro de Comunicações da MGA, Oficina de reparação de torpedos, armazém de torpedos, bem como foi instalado um Sistema tecnicamente complexo de manutenção e preparação de mísseis de cruzeiro P-15U. Durante 15 anos, uma inestimável ajuda na reparação dos navios da MGA foi prestada pela Oficina Flutuante, uma unidade orgânica da Frota do Norte da Rússia que, desde 1975 permanecia em Luanda. Em 1989–1990, na véspera da retirada dos assessores militares soviéticos, a MGA dispunha de 16 navios



O comandante da MG Angolana almirante Francisco José com autor do livro na sede da União Russa dos Veteranos de Angola

de guerra treze dos quais foram fornecidos pela URSS. Para a data de 1º de Janeiro de 1995, nas quatro Escolas e Academias Navais da URSS e da Rússia foram preparados 591 especialistas para a Marinha de Guerra de Angola. Desde 1991, a MGA foi comandada consecutivamente pelos almirantes Gaspar Rufino, Feliciano António dos Santos «Paxi» e Augusto da Silva Cunha «Gugu». Actualmente, este cargo exerce o almirante Francisco José. Além dos navios de guerra, a MGA integra Bases Navais, unidades de fuzileiros navais e a Academia Naval.

ELEIÇÕES PARLAMENTARES E PRESIDENCIAIS DE 2017



Em 23 de Agosto de 2017, em Angola foram realizadas as eleições presidenciais e parlamentares, em que participaram seis maiores partidos políticos do país, nomeadamente, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), PRS (Partido de Renovação Social), APN (Aliança Patriótica Nacional) e a CASA-CE (Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral).

As eleições trouxeram a vitória para o partido MPLA que está no poder desde 1975. De acordo com a Constituição de Angola de 2010, o cabeça de lista do partido (coligação dos partidos) com mais votos ganha o cargo do executivo. Conforme a Constituição, os 220 membros da Assembleia Nacional do país são eleitos por dois métodos: 130 membros são eleitos por votos em lista fechada no modo proporcional, e outros 90 assentos são reservados às Províncias (5 de cada das 18 Província). Os cabeças de lista do partido são candidatos a Presidente e a Vice-Presidente do país.

Nas eleições de 2017, como cabeça de lista do MPLA foi indicado o Vice-Presidente do MPLA, Ministro da Defesa, João Manuel Gonçalves Lourenço que, em conformidade com a Constituição do país, tornou-se Presidente e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas.

João Manuel Gonçalves Lourenço nasceu aos 05 de Março de 1954 na cidade do Lobito, Província de Benguela, é filho do pai, natural de Malanje e da mãe, natural do Namibe. Fez os seus estudos primários e secundários na Província do Bié, onde seu pai se encontrava na situação de residência vigiada por 10 anos, após ter estado de 1958 a 1960 na prisão de São Paulo em Luanda pelo exercício de actividade clandestina contra os colonizadores portugueses. Deu continuidade aos seus estudos no Instituto Industrial de Luanda. Após a queda do regime fascista em Portugal, na companhia de outros jovens militantes do MPLA, juntou-se à luta de libertação nacional. Em Agosto de 1974, fez a sua primeira instrução político-militar (artilharia pesada) no Centro de Instrução Revolucionária (CIR) Kalunga. Na véspera da proclamação da independência, participou nos combates contra as tropas da FNLA e do Zaire na fronteira angolana com o Zaire e no território de Cabinda.

Após a proclamação da Independência, exerceu funções de Comissário Político em diversos escalões, de Pelotão, Companhia, Batalhão e Bri-



Entrega da Medalha de Ouro «Pela Cooperação: Angola – Rússia» ao João Manuel Gonçalves Lourenço

gada. Em 1977—1978, foi Comissário Político da 2ª Região Político-Militar (Cabinda). Em 1978, parte para a União Soviética e, de 1978 a 1982, estuda na Academia Político-Militar V.I. Lenine, de onde, para além da formação militar, trouxe o título de Mestre em Ciências Históricas. De 1983 a 1986, desempenha as funções de Comissário Provincial do Moxico e, simultaneamente, de Presidente do Conselho Militar Regional da 3ª Região Político Militar. De 1986 a 1989, é designado para desempenhar as funções 1º Secretário do Comité Provincial do MPLA e de Comissário Provincial de Benguela.

De 1989 a 1990 desempenhou as funções de Chefe da Direcção Política Nacional das FAPLA, em substituição do General Francisco Magalhães Paiva N'Vunda nomeado Ministro do Interior. De 1991 a 1998 desempenhou as funções de Secretário do Bureau Político do MPLA-PT para a Informação e para a Esfera Económica. Neste período, era Chefe da Bancada Parlamentar do MPLA na Assembleia Nacional da República de Angola.

De 1998 a 2003 desempenhou as funções de Secretário-Geral do MPLA (número dois no partido) e de Presidente da Comissão Constitucional. De 2003 a Abril de 2014, foi 1º Vice-Presidente da Assembleia Nacional, membro do Bureau Político

do MPLA. Em 2014, é nomeado Ministro da Defesa de Angola. É Coronel-General na reserva. Em 2017, sendo Vice-Presidente do MPLA, foi eleito pelo Congresso do MPLA para liderar a lista às próximas eleições gerais no país. É terceiro Presidente de Angola após Agostinho Neto e José Eduardo dos Santos.

Várias vezes esteve na URSS e na Rússia. Aos 3 de Agosto de 2015, João Manuel Gonçalves Lourenço, na sua qualidade de Ministro da Defesa, visitou a Sede e o Museu da União Russa dos Veteranos de Angola em Moscovo. João Manuel Gonçalves Lourenço é Membro Honorário da União Russa dos Veteranos de Angola (a Insignia foi entregue em Setembro de 2014, durante a visita a Angola de uma delegação de veteranos russos) e Cavaleiro da Medalha de Ouro do União Russa dos Veteranos de Angola «Pela a Cooperação: Angola – Rússia» (2015).

*A visita
de João Manuel
Gonçalves Lourenço
na qualidade do
Ministro da Defesa
Nacional na Sede
da União Russa
dos Veteranos
de Angola
em Moscovo*

